

**Um estudo do relatório contábil das Empresas GRUPO
TECHNOS, MAGAZINE LUIZA e VIA VAREJO nos
comprimentos das exigências previstas no
pronunciamento contábil CPC-23.**



UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
FAF – Faculdade de Administração e Finanças

Alunos:

Eduardo Pereira Castelo

Matricula: 201720368811

Mateus Morais Vaz

Matricula: 201720533711

Willyan Loureço da Silva

Matricula: 201720364811

RESUMO

Este trabalho teve como foco investigar de que modo às entidades varejistas estão aplicando o CPC 23. Para isso, foram analisadas demonstrações contábeis de 3 entidades, no período de 2020 4 trimestres. Foi realizada uma pesquisa usando a metodologia Raupp e Beuren, procurando registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos, e o pesquisador não tem interferência sobre eles.

ABSTRACT

This work focused on investigating how retail entities are applying CPC 23. For this, accounting statements of 3 entities were analyzed in the period 2020 4 quarters. A survey was carried out using the Raupp and Beuren methodology, seeking to register, analyze, classify and interpret the facts, and the researcher has no interference with them.

1 – INTRODUÇÃO

A obrigatoriedade do padrão contábil estabelecido pelo (IFRS) *International Financial Reporting Standards*, no Brasil iniciou-se em 2010, com isso, as companhias abertas deveriam apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas, de acordo com o padrão contábil exigido pela (IASB) *International Accounting Standards Board*.

As IFRS no Brasil são adaptadas e traduzidas pelo comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC) que foi idealizado em função das necessidades de convergências internacionais das normas contábeis, que reduziram assim os custos de elaboração de relatório contábeis e a necessidade de centralização na emissão de normas contábeis tendo em vista que no Brasil as entidades já fazem.

Segundo Santos (1998) Nos relatórios contábeis necessitam de algumas qualidades para se demonstrarem bem útil para tomada de decisão, como relevância, confiabilidade, objetividade e materialidade assim de forma que aperfeiçoa o CPC 00 (R1), Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro (2011, p. 14). Diz que para uma informação contábil-financeira ser útil ela precisa ser relevante e fidedigna, obvio que informações contábil-financeira podem ser melhoradas de formas evolutivas ela sendo comparável, verificável e compreensiva.

O CPC 23 de políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro, que foi aprovada em 2009 e entrou em vigor em 2010 partindo-se da hipótese de ter uma informação mais qualitativa dos relatórios contábeis, assim melhorar a relevância e a confiabilidade das demonstrações contábeis da entidade.

De acordo com Lima (2010), afirma que as demonstrações contábeis não devem atender somente demandas específicas de certos usuários, mas

sim atender a maioria de seus usuários em suas necessidades comuns, mesmo que tenha diferentes tipos de usuário segundo o CPC 00 (2011).

O CPC 23 chega com um combo de critérios que devem ser seguidos, para a seleção e a política de mudanças contábeis, com tratamento contábil e a divulgação nas mudanças política contábeis, mudanças nas estimativas e a retificação de erros. Tais critérios devem ser acompanhados afim de melhorar características qualitativas das demonstrações da entidade. Nesse intuito o CPC 23 vem para padronizar as demonstrações contábeis e melhorar a qualidade de suas informações, afim de levar o melhor entendimento de seus usuários das demonstrações, assim resultando em uma informação mais fidedigna e confiável, este trabalho é uma amostra que empresas como: GRUPO TECHNOS, MAGAZINE LUIZA E VIA VAREJO vem aplicando corretamente o CPC 23.

2- REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 - CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA CONTABILIDADE E A NORMATIZAÇÃO

Para Sá (2006, p. 46) e Müller e Oliveira (2011), a Contabilidade é vista como sendo a ciência que estuda os fenômenos patrimoniais das entidades e os controla, buscando também com suas realidades, evidências e comportamentos, pois são fontes geradoras de dados e informações úteis. A Contabilidade tem por objetivo: “Medir os recursos possuídos por entidades específicas; refletir os direitos contra essas entidades e os interesses nelas existentes; medir as variações desses recursos, direitos e interesse; atribuir as variações a períodos determináveis; exprimir os dados anteriores em termos monetários como denominador comum.” (MOONITZ, 1961, p. 23, apud BREDA e HENDRIKSEN, 1999, P. 93).

O alto nível de qualidade são exigências que traz para a contabilidade melhorias contínuas e seus usuários possam confiar, comparar os relatórios e precisam o tempo todo que são relevantes, para atender e ter alto nível de qualidade é necessário que as informações sejam completas, neutras, livres de erro, capazes de auxiliar os usuários a tomarem qualquer decisão, afim que eles possam identificar e compreender semelhanças e diferenças entre os itens ao longo da vida da entidade.

Segundo Dantas et al. (2008), “para que as demonstrações contábeis adquiram a característica da utilidade, devem conter as informações necessárias para uma adequada interpretação da situação econômico-financeira da entidade”. Sempre buscando características qualitativas, como confiabilidade e comparabilidade. Para Wehrfritz e Haller (2014).

O CPC está dividido em três aspectos como falado anteriormente: política contábeis, mudanças nas estimativas contábeis e retificação de erros. Afim de realizar análise das empresas foi elaborado um checklist para visualizar a utilização de forma correta do CPC 23.

Quadro 1 – Checklist das exigências descritas no CPC 23.

ITEM	ITEM DA NORMA	DESCRIÇÃO
1		Mudança nas Políticas Contábeis
1.1	14	Foi evidenciado o motivo da mudança de política contábil?
1.2	15	São aplicadas políticas contábeis uniformes para transações semelhantes em um mesmo período e de um período para o outro?
1.3	19	Foi contabilizada a mudança de política contábil de acordo com as disposições transitórias específicas ou aplicada a mudança retrospectiva?
1.4	28	Foi divulgada a natureza da mudança na política contábil?
2		Mudança nas Estimativas Contábeis
2.1	34	As estimativas contábeis passam por revisão?
2.2	37	Mudanças no balanço patrimonial resultantes de mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas pelo ajuste em suas correspondentes contas no período da mudança?
2.3	39	Foi divulgada a natureza e o montante de mudança na estimativa contábil?
3		Retificação de Erro
3.1	42	Erros materiais de períodos anteriores foram corrigidos retrospectivamente?
3.2	46	A retificação de erro de período anterior foi excluída dos resultados do período em que o erro foi descoberto?
3.3	49.A	Foi divulgada a natureza do erro de período anterior?
3.4	49.D	Foram divulgadas as circunstâncias que levaram a existência dessa condição?

Segundo Coltro (2015), as políticas contábeis precisam ser assertivas como fundamentos ou princípios específicos, com práticas e regras, que são aplicadas pela empresa como nos casos que serão apresentados ou qualquer entidade conforme CPC 23. Segundo o CPC, a entidade pode alterar a política contábil aplicada se for exigida ou se resultar em informações mais confiável e de maior relevância nas demonstrações. Segundo a definição qualquer mudança de política contábil deve ser contabilizada pela entidade, de acordo com as disposições apresentadas pela mesma.

Afim de cumprir com a divulgação prevista no CPC 23 (2009), quanto a adoção de política contábil, a entidade deve divulgar: o título do pronunciamento em que se baseou a adoção de política, a natureza da mudança na política contábil, e o montante dos ajustes para o período corrente,

para cada período anterior apresentado e o montante do ajuste para os períodos anteriores ao apresentado.

3- METODOLOGIA

3.1- TIPOLOGIA DA PESQUISA

Para Raupp e Beuren (2008), considerando as particularidades da Contabilidade, é mais aplicável para esta área do conhecimento, agrupar as tipologias de pesquisa em três categorias, sendo elas: quanto aos objetivos, quanto aos procedimentos e quanto à abordagem do problema.

Desta forma, quanto ao objetivo, esta pesquisa se enquadra como sendo descritiva, pois, segundo Andrade (2002), a pesquisa descritiva procura registrar, analisar, classificar e interpretar os fatos, e o pesquisador não tem interferência sobre eles.

Esta pesquisa se enquadra, quanto aos procedimentos, como sendo bibliográfica e documental. Para Raupp e Beuren (2008, p. 86), o estudo bibliográfico, “constitui parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando objetiva recolher informações e conhecimentos prévios acerca de um problema para o qual se procura resposta [...]”. Este estudo documental procura organizar dados até então dispersas, trazendo-lhe uma nova importância como informação e fonte de consulta para se chegar ao objetivo do estudo.

Sobre a abordagem do problema, esta pesquisa se apresenta como sendo qualitativa, pois busca destacar características que não seriam observadas pelo método quantitativo, ou seja, buscamos uma análise mais profunda quanto a entidades que estão sendo estudadas (RAUPP e BEUREN, 2008).

3.2 - POPULAÇÃO E AMOSTRA

Foram selecionadas 3 empresas do setor varejo no Brasil, para realizar análise das demonstrações contábeis são elas: GRUPO TECHNOS, MAGAZINE LUIZA E VIA VAREJO.

Nestas empresas serão analisadas as demonstrações contábeis do exercício 2020, buscando a realização das normativas do CPC 23.

3.3 – TRATAMENTOS DE DADOS

Nos relatórios contábeis das entidades citadas serão buscadas informações nas notas explicativas sempre em comparativo ao ano anterior si necessário.

4 – ANÁLISE DOS RESULTADOS DAS AMOSTRAS.

4.1 - Análise da Aplicação CPC 23 – Magazine Luiza.

Divulgação de Resultados

4T20

magalu

| Eventos não recorrentes

Para melhor entendimento e comparabilidade com o 4T19, os resultados do 4T20 estão sendo também apresentados em uma visão ajustada, desconsiderando as despesas e receitas não recorrentes.

CONCILIAÇÃO DRE AJUSTADA	4T20 Ajustado	AV	Ajustes Não Recorrentes	4T20	AV
Receita Bruta	12.463,7	123,8%	-	12.463,7	123,8%
Impostos e Cancelamentos	(2.397,9)	-23,8%	-	(2.397,9)	-23,8%
Receita Líquida	10.065,8	100,0%	-	10.065,8	100,0%
Custo Total	(7.580,2)	-75,3%	-	(7.580,2)	-75,3%
Lucro Bruto	2.485,6	24,7%	-	2.485,6	24,7%
Despesas com Vendas	(1.675,4)	-16,6%	-	(1.675,4)	-16,6%
Despesas Gerais e Administrativas	(289,5)	-2,9%	-	(289,5)	-2,9%
Perda em Liquidação Duvidosa	(33,7)	-0,3%	-	(33,7)	-0,3%
Outras Receitas Operacionais, Líquidas	12,7	0,1%	(19,1)	(6,4)	-0,1%
Equivalência Patrimonial	24,1	0,2%	-	24,1	0,2%
Total de Despesas Operacionais	(1.961,8)	-19,5%	(19,1)	(1.980,9)	-19,7%
EBITDA	523,8	5,2%	(19,1)	504,7	5,0%
Depreciação e Amortização	(186,2)	-1,9%	-	(186,2)	-1,9%
EBIT	337,5	3,4%	(19,1)	318,4	3,2%
Resultado Financeiro	(118,8)	-1,2%	-	(118,8)	-1,2%
Lucro Operacional	218,7	2,2%	(19,1)	199,6	2,0%
IR / CS	13,4	0,1%	6,5	19,9	0,2%
Lucro Líquido	232,1	2,3%	(12,6)	219,5	2,2%

| Ajustes eventos não recorrentes

Ajustes	4T20	12M20
Créditos tributários	(0,2)	56,5
Provisão para riscos tributários	1,7	35,4
Honorários especialistas	(8,0)	(27,8)
Despesas pré-operacionais de lojas	(2,4)	(9,5)
Outras despesas não recorrentes	(10,2)	(33,4)
Ajustes - EBITDA	(19,1)	21,1
IR / CS	6,5	(7,2)
Ajustes - Lucro Líquido	(12,6)	13,9

A empresa Magazine Luiza realizou mudanças de política Contábeis em 4T20 para melhor entendimento e comparabilidade, com relação do mesmo período 2T19, conforme informado na imagem do seu relatório contábil, sendo assim, aplicado mudança política contábil conforme item do checklist elaborado.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Divulgação de Resultados

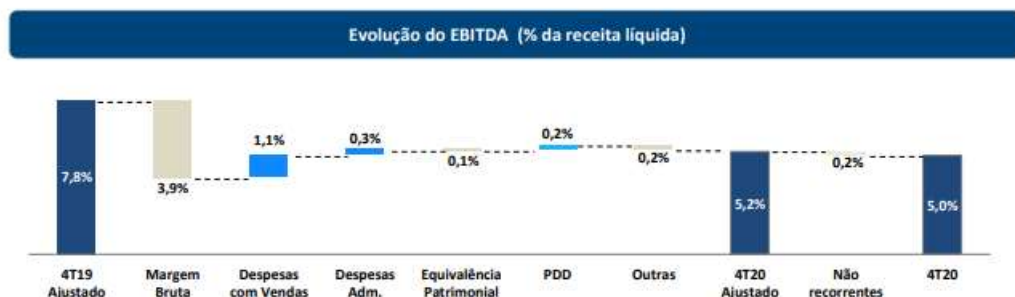
4T20



| EBITDA

No 4T20, o EBITDA ajustado atingiu R\$523,8 milhões. O elevado crescimento das vendas totais, incluindo as lojas físicas, o e-commerce com estoque próprio e o marketplace, contribuíram para a evolução do EBITDA. Entretanto, os investimentos em nível de serviço influenciaram a margem EBITDA ajustada, que passou de 7,8% no 4T19 para 5,2% no 4T20.

Nos 12M20, o EBITDA ajustado atingiu R\$1.506,0 milhões, equivalente a uma margem de 5,2%.



Analisando o relatório de desempenho a empresa apontou ajuste no EBITDA equivalente a uma margem de 5,2%. Seguindo o Checklist apontando uma mudança conforme CPC-23.

ANEXO IV

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO GERENCIAL

FLUXOS DE CAIXA GERENCIAL (em R\$ milhões)	4T20	4T19	12M20	12M19
Lucro Líquido	219,5	168,0	391,7	921,8
Efeito de IR/CS Líquido de Pagamento	(71,5)	20,8	(96,0)	244,2
Depreciação e Amortização	186,2	122,3	702,5	487,0
Juros sobre Empréstimos Provisionados	57,8	87,2	228,5	203,7
Equivalência Patrimonial	(24,1)	(18,4)	(119,9)	(26,6)
Dividendos Recebidos	-	-	27,4	21,2
Provisão para Perdas de Estoques e Contas a Receber	58,5	35,4	67,0	331,9
Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	100,8	57,2	282,5	452,1
Resultado na Venda de Ativos	-	(0,8)	1,9	(5,0)
Apropriação da Receita Diferida	(13,9)	(13,3)	(56,6)	(53,3)
Despesas com Plano de Ações e Opções	39,6	28,6	110,6	84,4
Lucro Líquido Ajustado	552,8	487,0	1.539,6	2.661,5
Contas a Receber Ajustado (sem Cartões de Terceiros)	(215,2)	(101,6)	(210,5)	(256,8)
Estoques	(950,4)	(916,0)	(2.065,5)	(1.026,6)
Tributos a Recuperar	193,5	19,3	475,2	(1.467,1)
Depósito judiciais	(273,7)	(220,9)	(273,7)	(220,9)
Outros Ativos Ajustado (sem Cartão Luiza)	156,8	192,6	35,2	88,2
Variação nos Ativos Operacionais	(1.089,0)	(1.026,6)	(2.039,4)	(2.883,3)

Fornecedores	2.399,7	2.132,1	2.563,6	1.409,9
Outras Contas a Pagar	267,0	152,1	1.019,2	312,8
Variação nos Passivos Operacionais	2.666,7	2.284,2	3.582,8	1.722,7
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2.130,5	1.744,5	3.083,1	1.501,0
Aquisição de Imobilizado e Intangível	(214,8)	(130,8)	(543,8)	(521,5)
Investimento em Controlada	(36,2)	(6,1)	(107,6)	(407,1)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos	(251,0)	(136,9)	(651,4)	(928,6)
Captação de Empréstimos e Financiamentos	1,1	(3,8)	801,1	798,9
Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	(2,0)	(297,3)	(22,6)	(607,0)
Pagamento de Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(0,1)	(4,6)	(0,8)	(52,3)
Pagamento de arrendamento mercantil	(75,6)	(26,5)	(290,2)	(214,3)
Pagamento de juros sobre arrendamento mercantil	(50,6)	(79,2)	(197,6)	(152,4)
Pagamento de Dividendos	-	-	(299,4)	(182,0)
Ações em Tesouraria	(304,8)	(44,2)	(567,4)	141,4
Recursos provenientes da emissão de ações	-	4.300,0	-	4.300,0
Pagamento de gastos com emissão de ações	-	(67,6)	-	(67,6)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos	(431,9)	3.776,8	(576,8)	3.964,8
Saldo Inicial de Caixa, Equiv. e TVM e Outros Ativos Financeiros	7.551,9	1.760,2	7.144,6	2.607,4
Saldo Final de Caixa, Equiv. e TVM e Outros Ativos Financeiros	8.999,5	7.144,6	8.999,5	7.144,6
Variação no Caixa, Equiv. e Títulos e Valores Mobiliários	1.447,6	5.384,4	1.854,9	4.537,2

Nota: A diferença entre a Demonstração de Fluxo de Caixa e a Demonstração de Fluxo de Caixa Gerencial Ajustado refere-se basicamente a:

(i) tratamento dos Títulos e Valores Mobiliários (TVM) como Equivalentes de Caixa.

(ii) tratamento do Recebíveis de Cartão de Crédito como Caixa.

Como podemos identificar na Nota Explicativa das demonstrações financeiras ocorreu dois tipos de mudanças conforme relatório checklist.

Mudança nas Políticas Contábeis.

A Magazine Luiza através de transações com sua parceira Itaú e lançamento da Luizacred efetuou ajuste em seu patrimônio Líquido conforme imagem do relatório.

| Patrimônio Líquido

De acordo com as mesmas práticas, o patrimônio líquido era de R\$975,2 milhões em dez/20. Em função de ajustes requeridos pelo IFRS, especificamente provisões complementares de acordo com a expectativa de perda, líquida de seus efeitos tributários, o patrimônio líquido da Luizacred para efeito das demonstrações financeiras do Magazine Luiza era de R\$769,9 milhões.

4.2 - Análise da Aplicação CPC 23 – Via Varejo.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2020	31.12.2019	31.12.2020	31.12.2019
ICMS a recuperar (i)	3.123	2.757	3.127	2.758
PIS e COFINS a recuperar (ii)	1.878	751	1.880	752
Imposto de renda e contribuição social	243	208	257	225
INSS a recuperar	163	98	169	98
Outros	11	8	13	11
	5.418	3.822	5.446	3.844
Circulante	1.366	1.029	1.394	1.050
Não circulante	4.052	2.793	4.052	2.794

(i) A expectativa de realização do ICMS a recuperar é indicada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2020	Controladora	Consolidado
2021	457	461
2022	633	633
2023	706	706
2024	563	563
2025	231	231
2026 a 2027	533	533
	3.123	3.127

A Via Varejo, fez uma mudança na Estimativa Contábil em 4t20 para melhorar o saldo de ICMS a recuperar, em relação 4T19, conforme mostrado no relatório acima.

Em 31 de dezembro de 2020	Controladora	Consolidado
2021	578	580
2022	768	768
2023	532	532
	1.878	1.880

A Via varejo, desde a adoção da sistemática do regime de não cumulatividade do PIS e COFINS a Companhia vem pleiteando judicialmente o direito de deduzir o ICMS e o ICMS-ST da base de cálculo do PIS e COFINS. Indicado no Checklist.

4-3 Análise da Aplicação CPC 23 – Grupo Technos

Introdução à empresa, o Grupo Technos, brasileira de origem suíça criada em 1900 pela família Gunzinger. Ao longo da história marcando gerações com seus ícones relógios de pulso, teve seu capital aberto em 2011, evoluindo e superando barreiras tecnológicas para se manter forte no mercado de acessórios de moda.

Em análise ao 4T18, podemos observar a utilização do CPC 23.

BALANÇO PATRIMONIAL		
Em milhares de Reais		
	Consolidado	
	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2018
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	14.829	69.861
Titulos e valores mobiliários	0	0
Contas a receber de clientes	191.607	160.179
Estoques	105.592	115.105
Impostos a recuperar	7.681	15.032
Instrumentos financeiros derivativos	2.026	12.877
Caixa Restrito	0	7.540
Outros ativos	17.089	12.310
	338.824	392.904

Durante o exercício de 2018, a Companhia identificou que na rubrica de impostos a recuperar, estavam anteriormente registrados valores decorrentes de processos judiciais ativos. Desta forma, foram erroneamente considerados nas demonstrações financeiras dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Por tanto foi realizado uma reversão do ativo contingente, sendo assim, evidenciando e estando em conformidade com o CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro. Como podemos observar abaixo:

Balanço patrimonial (em milhares de Reais)

	31 de dezembro de 2017 (consolidado)		
	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total do ativo circulante	338.157	-	338.157
Total do ativo não circulante mantido para venda	667	-	667
Impostos a recuperar	25.540	(10.932)	14.608
Total do ativo não circulante	376.043	(10.932)	365.111
Total do ativo	714.867	(10.932)	703.935
Total do passivo circulante	104.091	-	104.091
Imposto de renda e contribuição social diferidos	48.250	(767)	47.483
Total do passivo não circulante	146.826	(767)	146.059
Reservas de lucros	168.130	(10.165)	157.965
Patrimônio líquido	463.950	(10.165)	453.785
Total do passivo e do patrimônio líquido	714.867	(10.932)	703.935

Pode-se concluir que com a medida contábil de prudência e estimativa de perda tomada pela empresa em 2017, e não efetivação do ato, foi necessário em 2018 realizar a reversão do ativo, beneficiando contabilmente a empresa neste aspecto. Atendendo o checklist anteriormente comentando.

5 – Conclusão

O CPC 23 define os critérios para a retificação de erros de períodos anteriores, incluindo os elementos necessários em sua divulgação, assim, esse estudo tem o objetivo de analisar o modo como as empresas evidenciam a correção dos erros contábeis em suas notas explicativas. Quando a empresa, ou grupo, utilizam o CPC 23 passa uma seriedade e confiabilidade para o interessado. A análise documental centrou-se nas notas explicativas dos relatórios financeiros das empresas e a compilação de dados procedeu-se por meio da elaboração de checklist. Referente a retificação de erro, as estimativas contábeis e as mudanças políticas, apresentaram uma qualidade excelente, obedecendo aos critérios definidos pela norma.

O motivo das escolhas dessas entidades, foi querer utilizar uma empresa de médio porte, uma de grande porte e uma popular, para que possamos ver de vários ângulos uma empresa do ramo varejistas.

REFERÊNCIAS:

ANDRADE, Maria Margarida. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas. 5. Ed. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa; SAIKI, Tatiana Galo; GRECCO, Marta Cristina Pelucio. Reconhecimento de Ativos Intangíveis em Situação de Business Combinations Face ao Alinhamento da Contabilidade Brasileira às IFRS. In: Anais... Congresso Brasileiro de Custos-ABC. 2010.

ANTUNES, Maria Thereza Pompa et al. A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. Revista de Economia e Relações Internacionais, v. 10, n. 20, p. 5-19, 2012.

BEUREN, I. M. et al. Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade. In: RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. 3. ed. São Paulo, SP: Atlas S.A., 2008. p. 76-97.

BREDA, M. F. V.; HENDRIKSEN, E. S. Teoria da Contabilidade. Tradução de Antonio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo, SP: Atlas S.A., 1999.

CALLAO, Susana; JARNE, José I.; LAÍNEZ, José A. Adoption of IFRS in Spain: Effect on the comparability and relevance of financial reporting. Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, v. 16, n. 2, p. 148-178, 2007.

CAVALHEIRO, Rafael Todescato; HUPPES, Cristiane Mallmann; KREMER, Andréia Maria. Aplicação das IFRS para pequenas e médias empresas na perspectiva dos prestadores de serviços contábeis. Revista Contabilidade e Controladoria, v. 9, n. 2, 2017.

COLTRO, Tessa Cristina Pereira. IAS 08-Política contábil, mudança de estimativas e retificação de erros: os principais pontos de aplicação da norma. Revista de Ciências Gerenciais, v. 17, n. 25, 2015.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS (CVM). Instrução 457, de 13 de julho de 2007. Dispõe sobre a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras consolidadas, com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Disponível em: . Acesso em: <http://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/400/instr457consolid.pdf>

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). Conheça o CPC. Disponível em: . Acesso em: 04 out. 2017 <http://www.cpc.org.br/CPC/CPC/Conheca-CPC>

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). CPC-00(R1): Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro. Brasília, dez. 2011.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). CPC-23: Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Brasília, jun. 2009.

MÜLLER, Aderbal Nicolas; OLIVEIRA, Antonio Gonçalves. Contabilidade empresarial. 2011.

Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Brasília, dez. 2006.

https://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1087.pdf

OLIVEIRA, Valdiney Alves; LEMES, Sirlei. Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras. Revista Contabilidade & Finanças-USP, v. 22, n. 56, 2011.

RUBERTO, Rosane Barbosa; ALVES, Alessandro Pereira. A Qualidade Informacional das Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros: uma Análise nas Notas Explicativas das Maiores Empresas Brasileiras. Pensar Contábil, v. 17, n. 64, 2015.

SÁ, A. L. de. (1998). Teoria da Contabilidade. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

SANTOS, Edilene Santana. Objetividade x relevância: o que o modelo contábil deseja espelhar?. Caderno de Estudos, n. 18, p. 01-16, 1998.

SANTOS, Edilene Santana; PONTE, Vera Maria Rodrigues; MAPURUNGA, Patrícia Vasconcelos Rocha. Adoção obrigatória do IFRS no Brasil (2010): índice de conformidade das empresas com a divulgação requerida e alguns fatores explicativos. Revista Contabilidade & Finanças-USP, v. 25, n. 65, 2014.

WEHRFRITZ, Martin; HALLER, Axel. National influence on the application of IFRS: Interpretations and accounting estimates by German and British accountants. Advances in Accounting, v. 30, n. 1, p. 196-208, 2014.